

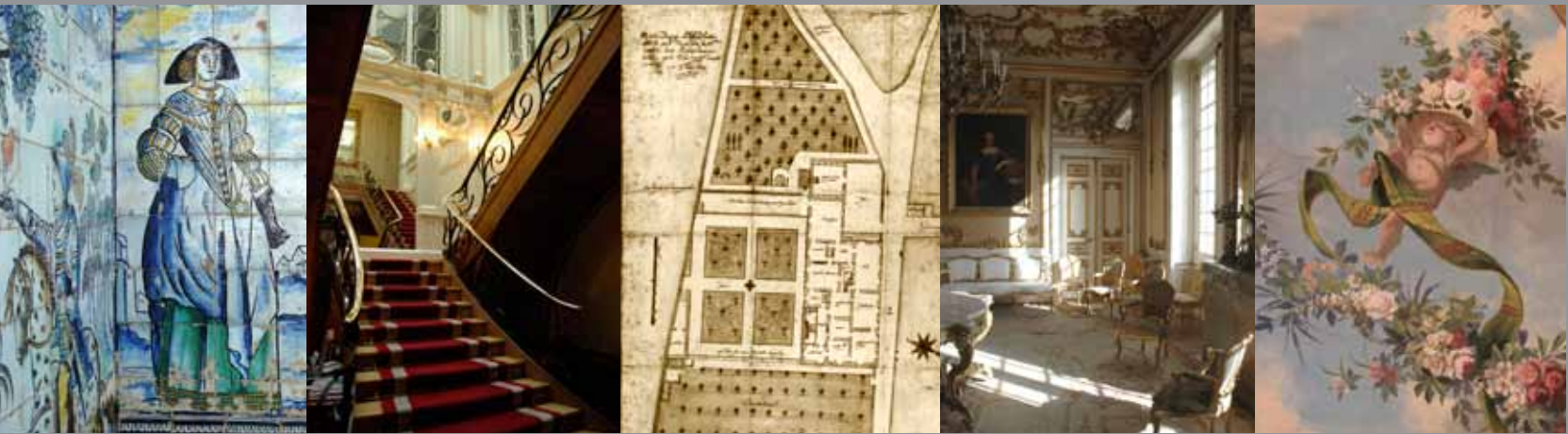
Isabel Mendonça . Hélder Carita . Marize Malta

Coordenação

A CASA SENHORIAL

em Lisboa e no Rio de Janeiro:

Anatomia dos Interiores



Instituto de História da Arte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Escola de Belas Artes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A CASA SENHORIAL
em Lisboa e no Rio de Janeiro:

Anatomia dos Interiores





Coordenação

Isabel Mendonça . Hélder Carita . Marize Malta

A CASA SENHORIAL
em Lisboa e no Rio de Janeiro:

Anatomia dos Interiores

Instituto de História da Arte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Escola de Belas Artes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

2014

FCT (PTDC/EAT-HAT/112229/2009)

ISBN: 978-989-99192-0-4
(Universidade Nova de Lisboa)
ISBN: 978-85-87145-60-4
(Universidade Federal
do Rio de Janeiro)

*A Casa Senhorial
em Lisboa e no Rio de Janeiro:
Anatomia dos Interiores*

Design gráfico:
Atelier Hélder Carita

Secretariado:
*Lina Oliveira
Tiago Antunes*

Depósito legal:
383142 / 14

Tipografia:
Norprint

Tiragem:
300 exemplares

LISBOA – RIO DE JANEIRO 2014

Coordenação

Isabel M. G. Mendonça
Hélder Carita
Marize Malta

Edição conjunta

Instituto de História da Arte (IHA) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
ISBN: 978-989-99192-0-4

Escola de Belas Artes (EBA) – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ISBN:

© Autores e IHA

Os artigos e as imagens reproduzidas nos textos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto com a referência EAT-HAT.112229.2009.

ÍNDICE

MECENAS E ARTISTAS. VIVÊNCIAS E RITUAIS

- 18 **Cátia Teles e Marques**
Os paços episcopais nos modelos de representação protagonizados por bispos da nobreza no período pós-tridentino em Portugal
- 44 **Daniela Viggiani**
“L’ Abecedario Pittorico” de Pellegrino Antonio Orlandi
- 64 **Celina Borges Lemos**
André Guilherme Dornelles Dangelo
Solar “Casa Padre Toledo”: o bem cultural como uma conjunção ritualística de espaços e tempos limiaries
- 86 **Miguel Metelo de Seixas**
O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa do Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento

ARQUITECTURA, ESTRUTURAS E PROGRAMAS DISTRIBUTIVOS

- 112 **Isabel Soares de Albergaria**
O Palácio dos Câmara “aos Mártires” – um caso excepcional da opulência seiscentista
- 134 **João Vieira Caldas**
Maria João Pereira Coutinho
O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII
- 190 **Hélder Carita**
O Palácio Ramalhete, nas Janelas Verdes: uma tipologia de palacete pombalino
- 208 **Ana Lúcia Vieira dos Santos**
Formas de morar no Rio de Janeiro do século XIX: espaço interior e representação social

- 224 **Mariana Pinto da Rocha Jorge Ferreira**
Tiago Molarinho Antunes
O Palácio dos Condes da Ribeira Grande, na Junqueira:
análise do conjunto edificado
- 248 **José Pessôa**
Padrões distributivos das casas senhoriais no Rio de Janeiro
do primeiro quartel do século XIX
- 272 **José Marques Morgado Neto**
As Casas Senhoriais da Belém colonial entre os séculos XVIII e XIX: sob a pers-
pectiva dos relatos de viajantes, da iconografia da época e da remanescência
no centro histórico da cidade
- 292 **Gustavo Reinaldo Alves do Carmo**
O Palácio das Laranjeiras e a *Belle Époque* no Rio de Janeiro (1909-1914)
- 318 **Patrícia Thomé Junqueira Schettino**
Celina Borges Lemos
“O Palacete Carioca”. Estudo sobre a relação entre as transformações da arquite-
tura residencial da elite e a evolução do papel social feminino no final do século
XIX e início do século XX no Rio de Janeiro
- 338 **Felipe Azevedo Bosi**
Palácio Isabel: o Palácio do Conde e Condessa d’Eu
no Segundo Reinado brasileiro
- 346 **Paulo Manta Pereira**
A arquitetura doméstica de Raul Lino (1900-1918). Expressão meridional
do *Arts and Crafts*, ou síntese local de um movimento artístico universal
do último terço de oitocentos

A ORNAMENTAÇÃO FIXA

- 366 **Ana Paula Correia**
Memórias de casas senhoriais – patrimónios esquecidos
- 382 **Sofia Braga**
Sobre a Sala Pompeia do Antigo Palácio da Ega

- 404 **Cristina Costa Gomes**
Isabel Murta Pina
Papéis de parede da China em Casas Senhoriais Portuguesas
- 424 **Ana Pessoa**
As Artes Decorativas no Rio de Janeiro do século XIX: um panorama
- 444 **Isabel Mendonça**
Estuques de Paris e “parquets” de Bruxelas num palácio oitocentista de Lisboa
- 472 **Isabel Sanson Portella**
Análise Tipológica dos Padrões dos Pisos de *Parquet* dos Salões do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete
- 482 **Alexandre Mascarenhas**
Cristina Rozisky
Fábio Galli
A “Casa Senhorial” em Pelotas no século XIX: família Antunes Maciel
- 502 **Miguel Leal**
A Pintura Decorativa do Palacete Alves Machado: um estudo de caso
- 516 **Rosa Arraes**
A função social das decorações e seus ornatos dos palacetes na *Belle-époque* da Amazônia

EQUIPAMENTO MÓVEL

- 536 **Maria João Ferreira**
Ecos de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas
- 562 **Marize Malta**
Sumptuoso leilão de ricos móveis... Um estudo sobre o mobiliário das casas senhoriais oitocentistas no Rio de Janeiro por meio de leilões

Palavras-chave
interiores,
adereços,
têxteis,
aristocracia
portuguesa,
gosto

Keywords
interiors,
household
furnishings,
textiles,
Portuguese
aristocracy,
taste

Resumo/Abstract

Ecos de hábitos e usos nos inventários: os adereços têxteis nos interiores das residências senhoriais lisboetas seiscentistas e setecentistas

Contanto que em Portugal pouco se tenham promovido as produções têxteis autóctones de excelência, nem por isso os seus habitantes deixaram de apreciar e investir na aquisição de adereços mais ou menos sumptuosos, de procedência variada. Independentemente da origem e qualidade dos artigos, a integração em primazia destes objectos nos acervos patrimoniais afigura-se transversal por toda a sociedade e transparece tanto por via das extensas listagens de bens com as mais diversas finalidades arrolados nos inventários, como pelo facto de, amiúde, os mesmos sobressaírem, sob o ponto de vista quantitativo e até valorativo, em relação a outro tipo de objectos artísticos, também elencados.

O presente estudo discute a utilização profundamente enraizada dos adereços têxteis nos hábitos vivenciais dos portugueses, e por consequência, a sua representatividade nos recheios domésticos das grandes casas senhoriais lisboetas, durante os séculos XVII e XVIII.

Echoes of habits and practices in inventories: textile furnishings in the interiors of Lisbon stately homes from the 17th and 18th centuries

Although in Portugal there are few examples of textile products of excellence, the portuguese have allways cherished and acquired more or less luxurious household furnishings from different origins. These kind of objects have a constant presence in the inventories of assets, transversal to all classes, excelling in quantity as well as in valuative terms over other artistic goods.

The present paper discusses the deeply rooted use of household textile furnishings in portuguese daily habits and therefore its significance in the interiors of the great manor houses from Lisboa during the 17th. and 18th. centuries.

Maria João Ferreira. *Doutora em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011) é investigadora integrada do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa - Universidade dos Açores, onde presentemente desenvolve um projecto de investigação pós-doutoral intitulado Entre a utilidade e o deleite: o património têxtil na Casa de Bragança (séculos XVI-XVIII), na qualidade de bolsreira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/ BPD/76288/2011).* mjoaopferreira@gmail.com

ECOS DE HÁBITOS E USOS NOS INVENTÁRIOS: OS ADEREÇOS TÊXTEIS NOS INTERIORES DAS RESIDÊNCIAS SENHORIAIS LISBOETAS SEISCENTISTAS E SETECENTISTAS

Maria João Ferreira

INTRODUÇÃO

Contanto que em Portugal pouco se tenham promovido as produções têxteis autóctones de excelência, nem por isso os seus habitantes deixaram de apreciar e investir na aquisição de adereços mais ou menos sumptuosos, de procedência variada. Independentemente da origem e qualidade dos artigos, a integração em primazia destes objectos nos acervos patrimoniais afigura-se transversal por toda a sociedade e transparece tanto por via das extensas listagens de bens com as mais diversas finalidades arrolados nos inventários, como pelo facto de, amiúde, os mesmos sobressaírem, sob o ponto de vista quantitativo e até valorativo, em relação a outro tipo de objectos artísticos, também elencados.

Pese embora as constatações mais óbvias e o impulso que os estudos correlativos aos interiores portugueses conheceram nos anos mais recentes¹, permanece ainda por apurar e compreender a real importância e protagonismo da componente têxtil na construção dos ambientes residenciais em Portugal no período Moderno. O implemento de investigações em torno da especificidade que constitui o tema dos têxteis nos interiores carece de uma análise autónoma, aturada, de âmbito cronológico e social alargado, que muito poderá contribuir para uma melhor compreensão da relação dos portugueses com os têxteis e do seu contributo no respectivo modo de estar e de habitar. À semelhança de outros campos no domínio das artes decorativas móveis, como o mobiliário, a ourivesaria ou a cerâmica, os adereços têxteis perfilam-se como verdadeiras infra-estruturas materiais da vida quotidiana, cujas opções adoptadas reflectem índices de conforto e de civilidade, interesses artísticos, tendências do gosto e, por inerência, de consumo, comportamentos sociais, entre tantos outros aspectos que não cabe aqui desenvolver.

Na presente fase em que se encontram os estudos concernentes aos adereços têxteis nos interiores residenciais portugueses durante o período Moderno, não é ainda possível discutir o assunto em termos gerais. Por esse motivo, e como o título aponta, o presente estudo procura tão-só alertar para a utilização profundamente enraizada dos adereços têxteis nos hábitos vivenciais dos portugueses e, por consequência, para a sua representatividade nos recheios domésticos das grandes casas senhoriais lisboetas, durante os séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, elegemos como principal *corpus* documental de referência o conteúdo de um lote de cerca de 40 inventários de bens patrimoniais pertencentes, na sua maioria, a nobres titulares do reino, localizados e transcritos, em grande parte, pela equipa do projecto *A Casa Senhorial*. Partindo da premissa que a hierarquia e a diferença social eram matrizes essenciais das representações e das práticas das pessoas no Antigo Regime², presume-se que, pelo menos até meados do século XVIII, os proprietários dos bens inventariados analisados constituíam o agregado social melhor posicionado para adquirir e investir nesta componente. Por inerência, do mesmo modo se infere que o estudo do acervo patrimonial em foco propicia uma amostragem elucidativa do que até então enformava o mais reputado leque de escolhas e acerca das tendências de aquisição mais sofisticadas.

Garantidamente incompleto, o presente estudo deve ser entendido, antes de mais, como um ponto de partida para investigações às quais pretendemos dar prossecução no futuro. Acreditamos que, através da identificação das principais tipologias adoptadas assim como do reconhecimento do respectivo perfil técnico-material e funcional, da proveniência e do tipo de vivência que os enforma, em conjugação com outros indicadores se poderá, ulteriormente, aferir quais as opções têxteis preponderantes e, por inerência, as sensibilidades e inclinações do gosto da sociedade aristocrática da capital do reino neste domínio.

1. OS ADEREÇOS TÊXTEIS NOS INTERIORES

Na continuação de uma já longa tradição, que remonta pelo menos aos finais da medievalidade, apenas os objectos de ouro e prata e as jóias precedem os adereços têxteis na ordem de registo nos inventários, testemunhando, assim, a manutenção da sua elevada reputação e valor económico. Mesmo a partir de meados do século XVIII, quando se assiste a uma clara tendência para a maior banalização dos adereços têxteis e, em simultâneo, ao crescente investimento na aquisição de novas e diversificadas tipologias materiais, a roupa da casa mantém-se bem posicionada, ainda que tenda a partilhar ou mesmo a ceder o lugar aos relógios e à pintura, por exemplo. Tal valorização decorre justamente do estatuto que sempre acompanhou os têxteis, mesmo às portas de Oitocentos, na dupla qualidade de

indispensáveis infra-estruturas do dia-a-dia e incontornáveis formas de entesouramento, de salvaguarda para o futuro³. Apesar destas reservas flexíveis de capital serem *grosso modo* conotadas com os metais preciosos, como Nuno Luís Madureira observa, um damasco ou uma toalha branca são de igual modo aceites e equiparados aos fios de ouro no mercado da usura, especialmente aqueles melhores, em seda. Tanto assim que, ainda no último quartel do século XVIII, no comércio particular de bens em segunda mão, uma colcha de cetim nova podia valer entre 30 e 50 mil reis, o equivalente, segundo o mesmo historiador, a um ano de renda numa casa bastante aceitável⁴.

Não surpreende, portanto, que a informação compulsada concernente ao domínio têxtil abunde na documentação, apesar de o seu conteúdo oscilar tanto ao nível da quantidade como dos detalhes fornecidos. Dotados de intensas paletas cromáticas e, bastas vezes, elaborados segundo complexos programas técnicos e plástico-iconográficos, os adereços têxteis comportam uma série de vantagens, em comparação com outras manifestações artísticas, na medida em que promovem, com grande eficácia e a custos relativamente moderados, cenários acolhedores, requintados e faustosos, protegem do frio e do calor ajudando a estabilizar a temperatura ambiente, são com facilidade transportáveis e de boa manutenção. Por todos estes motivos, a roupa da casa, de incontestadas competências ornamentais e utilitárias, marca presença obrigatória nos interiores domésticos senhoriais, segundo uma enorme versatilidade funcional, em concordância com toda uma série de práticas quotidianas, como a alimentação, a higiene, o descanso, o convívio ou a representação social.

Numa tentativa de identificar as principais tipologias morfológico-funcionais registadas nos inventários compulsados e detectar possíveis contextos de utilização e indícios de mudanças de hábitos no arco cronológico em análise, procedemos à sistematização das designações adoptadas. No total contabilizámos cerca de 30 vocábulos, excluindo aqueles que apontam para variantes estritamente dimensionais dos mesmos objectos, como sucede com os tapetes e tapetões. O reconhecimento de tal diversidade motivou o seu agrupamento em seis categorias, tendo em consideração o domínio funcional e o modo como os artefactos eram empregues, a saber: 1) a roupa da cama, no qual se incluem os colchões, lençóis, colchas, godrins, cobertores, almofadas e travesseiros; 2) os têxteis de mesa, na qual se integram os panos de cobrir a mesa, panos de bufete, toalhas e guardanapos; 3) os têxteis que revestem o chão, representados pelos tapetes, esteiras e alcatifas; 4) os panejamentos usados suspensos, sobretudo, em articulação com paredes e vãos como sucede com os reposteiros, panos de armar, panos de raz, armações da cama, pavilhões, cortinas, dosséis, sanefas e sobreportas; 5) os espécimes conotados com o acto de sentar e em estreita conexão com o mobiliário de

assento, dos quais importa assinalar os lambéis, as capas de cadeiras e os cochins; 6) por fim, as tendas e barracas, muitíssimo bem representadas no património de Fernão de Sousa de Castelo-Branco Coutinho e Meneses, 10º conde de Redondo⁵ que, em final de vida (†1707) detinha, pelo menos, 8 exemplares de tamanho e qualidade variável⁶.

Curiosamente, o léxico elencado permanece, na globalidade, constante entre os inventários mais antigos e os mais recentes ainda que, em algumas situações, certos objectos caíam em desuso, e outros, com características e funções que se presumem afins, possam acumular mais do que uma designação ou, com o passar do tempo, sofrer alterações ao nível da respectiva nomenclatura. Bons exemplos desta situação são os cobertores e cobertas, que apreendemos como sinónimos de um mesmo objecto, porventura também ele coincidente com os denominados panos de cobrir camas, recorrentemente arrolados, ou ainda as sanefas que, pelo último quartel do século XVIII, tomam a designação específica de bambolinas. Este é, para nós, um aspecto com duplo interesse, na medida em que esta regularidade projecta um modo de habitar que, embora se adequa à sociedade dos séculos XVII e XVIII, há muito que havia sido definido e cultivado. A fixação deste universo material, numa versão mais completa vocacionada para propiciar uma maior comodidade e, por inerência, de um vocabulário correspondente, afigura-se em sintonia com a afirmação da Idade Moderna e o confronto dos portugueses com outras formas de estar e de conforto difundidas pelo Renascimento e pela epopeia ultramarina, como Zurara tão bem ecoa na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*⁷ empreendida em 1415.

Colateralmente, a conservação deste vocabulário ao longo do tempo, confirma a manutenção, até muito tarde, de modelos vivenciais assentes na preponderância dos têxteis, ao nível da apropriação, modelação e organização do espaço interior doméstico. Nestes arquétipos de ascendência mediterrânico-islâmica implementados no país desde a Idade Média, sobretudo a Sul do Tejo, a estruturação e uma certa caracterização dos sub-espacos da casa depende, acima de tudo, dos elementos ornamentais que lhe são apostos e não da decoração de carácter arquitectónico e escultórico que subjaz à concepção espacial mais erudita, de matriz romano-helénica⁸. O que se traduz em edificações com interiores de volumetrias simples e regulares, desprovidos de ornatos os quais, segundo Carrère quando da sua passagem por Portugal em 1796, se afiguravam mais consentâneos com as casas vulgares do que com os edifícios com a categoria de palácios⁹. Aliás, pela mesma época, William Beckford deixa-nos impressão idêntica a respeito do real palácio de Mafra, ao queixar-se dos aposentos que visita, abandonados e sem mobiliário:

São todos iguais na forma e pouco variam nas dimensões; uma nua identidade geral é o que

prevalece: não há um nicho, não há uma cornija, não há um ornato entalhado a quebrar a fastidiosa uniformidade daquelas paredes brancas e nuas¹⁰.

Mas, a clareza e simplicidade do espaço, por vezes entendidas no passado e na actualidade como sinónimo de austeridade e até de pobreza, para usar a expressão de Hélder Carita¹¹, potenciavam um tipo de vivência radicado na itinerância e na plurifuncionalidade dos espaços, que ainda perdurava no século XVIII, mesmo em centros urbanos como Lisboa. Apesar da tendência para um maior investimento na residência principal, em prejuízo daquelas secundárias (como eram as quintas de recreio), e o reconhecimento de uma gradual variedade de divisões e de especialização funcional da compartimentação interna no decurso de Setecentos¹², estes são aspectos que conhecem eco nos inventários estudados, não só ao nível do mobiliário, como com mais frequência se sublinha na bibliografia¹³, mas também dos têxteis. É comum o arrolamento de objectos de particularidades consentâneas com um tipo de utilização que, embora itinerante ou temporária, nem por isso descua na sua aparência. Até na documentação cronologicamente mais próxima se distinguem adereços conotados com um uso provisório, ainda que porventura motivado por força das circunstâncias, como foi o terramoto de 1755. É disso testemunho a “*armaçam de damasco cramezim de cama de vento goarnecida de galam lizo de retros da dita cor*”¹⁴ que ficou por morte de D. Joana Tomásia da Câmara, 5ª condessa da Ribeira Grande¹⁵, em 1782.

Atente-se, de igual modo, nos contentores e noutros recursos empregues no transporte e na arrumação dos adereços, mesmo daqueles passíveis de uma utilização mais regular: em meados de Seiscentos, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa (1593-1658) e D. Rodrigo da Câmara (1594-1672), 2º conde de Castelo Melhor e 3º de Vila Franca¹⁶, respectivamente, possuem “*arcas de cama*”, sendo que, no segundo caso, as arcas contêm a “*cama em que [o conde] dorme com seus paramentos de tela*”¹⁷. A mesma estratégia de arrumação perdura pelo século XVIII: D. Luís de Lencastre, 4º Conde de Vila Nova de Portimão (1644-1704)¹⁸ contava no seu palácio de Santos, com “*Trez caixoes de pinho grandes de recolher Armaçoens*”¹⁹ e D. António Luís Caetano de Sousa, 7º conde do Prado e 4º marquês das Minas (1690-depois de 1757)²⁰, dispunha de “*Quatro arcas para goardar camas*”²¹ na sua residência ao Bairro Alto.

Em algumas das habitações é tal a quantidade de objectos acumulados que estes impõem a existência de compartimentos destinados ao seu armazenamento, por vezes, em conformidade com a especificidade dos adereços guardados. No palácio dos Condes de Vila Franca, aos Mártires, a “*casa do fato tinha arcas, e caixoes em que se goarda fato*”, designadamente, o enxoval que “*deixou feito de novo pera o dote da dita sua filha, como era*

*hum leito de pao-santo bronzeado, huns paramentos de chamalote goarnecidos com rendas de prata - E outros paramentos de gram goarnecidos tambem com rendas de prata*²². Na antiga residência dos condes de Óbidos, a S. João de Deus, existiam “*as cazas de armação*” e “*as cazas de esteiras*”, nomenclaturas que não deixam margens para dúvidas quanto à natureza dos adereços que ali se guardavam²³. Não menos sugestiva é a “*Caza do caixão dos colxoins*” existente no palácio dos Arcebispos mandado reedificar pelo Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida²⁴, em Santo Antão do Tojal, onde, além dos expectáveis colchões (10), se guardavam diversos bens, entre eles, cobertores de papa novos, esteiras do Algarve de cama, um caixão de madeira de pinho, mesas de pinho grandes e pequenas, “*humas coadradas e outras redondas*” e duas barras de madeira de pinho com bancos de ferro²⁵.

Consideramos testemunhos paradigmáticos deste *modus vivendi* português, não pela originalidade da solução mas pela sua vigência até tão tarde obedecendo aos mesmos princípios de uma utilização periódica, as armações de parede, montadas e desmontadas em conformidade com os ciclos de frio e calor que sazonalmente se faziam sentir. Como Marieta Dá Mesquita resume:

A escassez de mobílias proporcionou a proliferação de roupagem interior dos compartimentos que, mesmo quando as peças de mobiliário começaram a ser mais variadas e em maior número, não deixou de os cobrir. O recurso aos interiores vestidos, em combinação com os revestimentos de azulejos, constituiu um processo muito português de conferir às habitações a excitação sensorial necessária a uma vivência barroca²⁶.

Apesar da proliferação dos forros das paredes com tecidos conhecer um recrudescimento a partir da centúria de Seiscentos, a cobertura, a título permanente ou temporário, dos muros era uma realidade nas casas opulentas desde a medievalidade, muito em especial, por via das tapeçarias²⁷. Panos de rás avulsos ou em séries temáticas de teor bíblico, mitológico, da história antiga e contemporânea, heráldico, alegórico ou meramente ornamental (representando paisagens e actividades venatórias), conjugados com sobreportas, sobre e entre-janelas constituíam um dos principais indicadores de *status* e riqueza dos seus detentores segundo uma lógica que perdura, até pleno século XVIII, nas grandes casas senhoriais portuguesas.

No entanto, também outro tipo de panejamentos foi sendo utilizado ao longo do tempo na guarnição das grandes superfícies murais das residências dos nobres. São conhecidos alguns conjuntos de panos de armar, como aqueles azuis arrolados no inventário de bens

da quinta de Telheiras de que D. Filipa de Sá, 3ª condessa de Linhares (1542-1618) era proprietária²⁸. Não menos digna de nota seria a “*armação de alcatifas, que erão doze ou treze de cinco, ou mais de queda e se acharião armadas em sua goarda-roupa, cada huma das quais custou sete mil reis, por serem baixas de Inglaterra*”²⁹ que ornamentavam o opulento palácio de D. Rodrigo da Câmara, diante do adro da igreja de Nossa Senhora dos Mártires³⁰.

Mas a menção a armações em suportes tecidos, percebidas num sentido de aplicação global, não estritamente confinado à mera suspensão de um ou dois espécimes parece só ganhar fôlego na segunda metade do século XVII - com a vantagem de serem mais baratos que as tapeçarias e permitirem a aposição de outros objectos³¹. Nesse sentido, vale a pena assinalar as duas armações constantes do rol do recheio do palácio do já mencionado conde de Castelo Melhor, diante da ermida de S. Luís³², datado de 1659: uma “*de borcado encarnado e ouro que consta de oito panos quatro sobre-janelas e dous doçeis e huma largura que tudo tem duzentos setenta e quatro covados e foi vista e avaliada em trezentos mil reis*”³³ e outra “*de borcatel vermelho amarelo e verde que consta de nove panos oito sanefas e duas larguras que todos fazem mais de duzentos covados e foi vista e avaliada em outenta mil reis*”³³. Nem duas décadas mais tarde, chega-nos a notícia de que também os primeiros marqueses de Fronteira usufruem de “*huma armação de veludo fundo de oiro (...) que tem cinco panos e de queda cinco covados e huma coarta e tem duzentos e trinta e hum covados*”³⁴. Pelas dimensões enunciadas entrevê-se que qualquer uma das três armações se coadunava com salas de consideráveis dimensões. Curiosamente, nenhum dos exemplos citados era em damasco, o principal tipo de tecido utilizado com esta finalidade, sobretudo durante o século XVIII, muito apreciado pela sua resistência e pelo ténue brilho com que gerava, de forma uniforme mas nada monótona, cor nos espaços³⁵. De resto, também outros tipos de tecido eram utilizados nas armações como o tafetá e a chita que, pelos anos de 1780, guarneciam duas das salas do palácio dos marqueses de Minas ao Bairro Alto, a primeira, carmezim, e a segunda, “*de chita da India muito fina com ramos azuis e emcarnados chão branco*”³⁶. Embora estes tecidos pintados se afigurem uma opção mais comum na segunda metade de Setecentos e sobretudo adequada para as armações de cama, o exemplo citado não é único; segundo o inventário de bens realizado após a morte de D. António de Melo e Castro, 3º conde das Galveias (1689-1798)³⁷, em 1798, também no Palácio da família, ao Campo Pequeno, existia “*Hum forro de huma каза de chita com cinco banbolinas da mesma com bastante uzo*”³⁸, testemunhando, portanto, uma aplicação já com alguns anos.

Em teoria, quando as armações atingem a maior popularidade, no século XVIII, as mesmas, independentemente de se tratar de tecidos ou tapeçarias, tendem a ser fixadas nas paredes na sua totalidade, em articulação com emolduramentos pintados ou dourados³⁹.

No entanto, nos inventários estudados, uma considerável parte destes agregados é arrolada sem qualquer menção ao respectivo destino - como se de uma colcha ou de qualquer outro adereço autónomo e portátil se tratasse. O que nos leva a pensar que a sua aplicação permanecia cíclica, em muitas das casas.

Na segunda metade de Setecentos as armações têxteis partilham o protagonismo com novas ofertas que emergem no mercado, em especial, os panos e os papéis pintados. Embora os exemplos não abundem, sabemos que, pelo menos, ao tempo do primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, uma das divisões do palácio da Mitra, a Marvila, apresentava “*as paredes cobertas de pano de enserado pintado com varios paineis e laminas pintadas no mesmo pano*”⁴⁰. Pela década de setenta de Setecentos, o mesmo acontecia no palácio de D. Carlos Carneiro de Sousa e Faro, 1º conde de Lumiares (1710-1775)⁴¹, no sítio de Nossa Senhora dos Prazeres, cuja “*armasão do quarto de baixo e da caza de dentro [era] de panos pintados*”⁴². Já na residência dos marqueses de Minas, anuncia-se a nova moda dos papéis pintados, aquela que se prefigura como uma das principais estratégias cenográficas dos ambientes interiores Oitocentistas: ali se reconhece uma sala e a “4ª cazazinha”, ambas com “*armasão de papel amarelo que cobre as paredes*”⁴³, provavelmente a reproduzir, a um preço bem mais convidativo, os damascos amarelos então adoptados nos esquemas decorativos dos quartos mais exclusivos das residências da elite⁴⁴, em alternativa ao tradicional carmezim que dominava os interiores desde a centúria passada.

De resto, importa notar um caso que se crê uma prova viva da manutenção de certas abordagens decorativas de âmbito mais arcaico, todavia excepcional, porquanto aplicada de forma bastante abrangente: referimo-nos ao revestimento em couro que forrava 4 das “casas” do andar nobre, directamente comunicantes entre si, à data da inventariação do recheio do já citado palácio dos Arcebispos, em 1754, numa fase em que a produção de obras e o recurso a este material entrara em declínio. Segundo o inventário - que admitimos ter sido elaborado no Verão atendendo ainda ao pormenor de os respectivos (e os demais) pavimentos, de grandes lajes de mármore róseo⁴⁵, se encontrarem esteirados “*com esteira da terra*” -, as divisões ostentavam “*as paredes todas cubertas de couro dourado*” representando motivos variados “*de varias cores*”: na primeira casa, figuras; na segunda, “*pasaros e ramos*”; a terceira era “*pequenina com as paredes cubertas de couro encarnado e dourado*” e por fim, a última, com “*suas flores*”⁴⁶.

A mesma noção de efemeridade que subjaz à utilização destes conjuntos emerge no tipo de dinâmicas que enformam a “vida” destes artefactos, que em muito ultrapassa as fronteiras de uma utilização estritamente diária ou excepcional, em contexto público ou privado - pese embora a dificuldade em estabelecer, para o período cronológico em apreço,

o limite destes conceitos⁴⁷ - e até, os domínios profano e sacro, uma vez que muitas das casas senhoriais barrocas dispunham de capelas particulares ou de pequenos oratórios, e muitos dos arquétipos eram passíveis de um uso partilhado entre os dois espaços. Por outro lado, a inexistência de uma predeterminação funcional das casas ou assoalhadas (como na actualidade se designam) concorre, em igual medida, para a dificuldade em associar objectos a espaços ou a utilizações específicas, atendendo ao modo avulso como os recheios são, na sua maioria, coligidos - segundo critérios mais sensíveis ao tipo de desempenho ou aos materiais em que os bens são produzidos, do que propriamente em função dos percursos distributivos a que obedece a compartimentação interna a que se associam. De facto, até sensivelmente meados do século XVIII poucos são os documentos através dos quais conseguimos apreender os conteúdos expostos em cada uma das divisões que compõem os interiores das habitações e a ordem a que as mesmas obedeciam em termos sequenciais e operativos⁴⁸. Só a partir de então se assiste a uma maior fixação das funcionalidades das divisões e dos respectivos recheios, não sem que Nuno Luís Madureira alerte para o facto de, na cidade, a casa nobre não obedecer a uma arquitectura interior tipificada: “em primeiro lugar porque há patamares de nobreza, e cada qual tem requisitos próprios; depois porque existem soluções originais, improvisos e adaptações dentro de cada agregado”⁴⁹.

No entanto, é reconhecível todo um conjunto de relações entre as tipologias e entre estas e certas zonas da casa, por via da informação registada acerca dos adereços têxteis, que permite estabelecer vínculos entre si, como seja o recurso a expressões como “do mesmo” ou “irmãs(ãos)”: “doze almofadas de tella branca de matizes de borlas de prata e oiro com hum pano de bufete e dois paninhos do mesmo (...); vinte e quatro almofadas de borcatel verde irmãs do docel atras lançado (...), seis cadeiras de borcatel verde e amarello com pregos lavrados irmãs do docel verde (...)”⁵⁰. Ao abrigo de uma séria preocupação pela concepção das ambiências, enquanto conjuntos harmónicos, os adereços têxteis constituíam-se como importantes elos visuais de grande unidade cromática, na medida em que não só preponderavam nos interiores como, não obstante a sua tipologia, eram talhados a partir do mesmo suporte e obedeciam a programas decorativos idênticos. Não estranha, por isso, que, por inerência, também a avaliação destes adereços pudesse ser feita em bloco, tendo em consideração o factor agregador que subjaz às diversas componentes têxteis implicadas na ornamentação das divisões. Assim transparece no seguinte *item* constante do inventário de partilhas que se fizeram por morte da primeira marquesa de Fronteira, D. Madalena de Castro⁵¹, em 1673: “hum aderesso de veludo cramezim que esta na primeira ante-camara fundo de oiro dossel doze almofadas dois panos de bancas hum bofete grande tudo visto e avaliado em sem mil reais”⁵².

Pelos excertos transcritos, com facilidade se compreende como os dosséis, as almofadas, os estofos das cadeiras, os panos de mesa e de bufete e as “*armações das cazas*” eram coordenados em contextos de maior ostentação e representação, como as salas. O mesmo se verificava nas áreas mais íntimas e reservadas das câmaras, na medida em que os tecidos empregues nas armações e na roupa das camas eram amiúde os mesmos que revestiam outras estruturas de apoio, como as cadeiras, as mesas e até os bufetes, não obstante a conotação destes móveis de pousar com grandes espaços de recepção⁵³. Embora o interesse por este tipo de abordagem possa ter conhecido uma maior disseminação com o advento da centúria de Seiscentos, é certo que as notícias veiculadas por ocasião das festas de casamento de D. Isabel, irmã de D. Teodósio I, 5º duque de Bragança (1505-1563)⁵⁴, com o infante D. Duarte em 1537, nos Paços de Vila Viçosa, acusam já uma séria preocupação pela questão da coerência decorativa ao nível dos interiores palatinos⁵⁵.

Na linha de uma utilização que se apreende tentacular, considera-se igualmente relevante e digna de nota a relação que as componentes têxteis estabelecem com outras manifestações artísticas, muito em particular o mobiliário, como tão bem ilustra a célebre moda de vestir os móveis, em vigor ao longo do período estudado até, pelo menos, à década de 80 de Setecentos. O recurso aos têxteis no revestimento deste tipo de trastes abrange diferentes tipologias e constitui prática assídua, mesmo quando estes gozam já de uma apurada identidade estética e qualidade de execução, em boas madeiras e outros materiais exóticos. Ao abrigo deste gosto, os móveis de assento, de pousar e de repouso são especialmente apreciados em articulação com a aposição de adereços têxteis.

Curiosamente, no contexto da primeira categoria, afigura-se-nos interessante o facto de, entre os 40 inventários compulsados, somente em dois deles encontrarmos a menção específica a lambéis, isto é, os panejamentos listrados que, na tradição medieval, eram usados para cobrir os bancos que então mais profusamente se utilizavam, ao invés das cadeiras, quase inexistentes⁵⁶. Como é sabido, as cadeiras, mais do que sinónimos de luxo, prefiguravam-se como elementos de distinção social reservados às mais altas hierarquias, pelo que a sua vulgarização se processou a um ritmo lento, ao qual não foi alheio o enraizado hábito de sentar em almofadas sobre estrados. Assim, no primeiro documento, datado de 1618, realizado na sequência da morte de D. Filipa de Sá, viúva do Conde de Linhares, encontra-se um total de dez lambeis, sendo que três deles, nas cores azul e verde, “*foram avaliados em mil e quinhentos reis e por tanto se venderam na feira*”⁵⁷. A menção ao local de venda onde o objecto foi transaccionado, presumimos que na feira da Ladra - onde, pelo menos, desde o século XVI se comerciavam roupas da casa em segunda mão⁵⁸ -, alerta para os seguintes factos: por um lado, o recurso, mesmo entre as camadas mais altas, a este tipo

de expediente com o objectivo de gerar moeda; por outro, a importância destes circuitos na transferência dos bens para membros que, embora de classe inferior, dispunham de meios económicos para aceder a estas oportunidades e assim acompanhar as tendências de consumo mais sofisticadas. A segunda notícia data quase de cem anos mais tarde, de 1709, e respeita aos bens de D. Beatriz Mascarenhas Castelo-Branco da Costa, 3ª condessa de Palma e 5ª condessa de Sabugal (1657-1709)⁵⁹. Muito embora se entreveja o desuso, pelo menos entre a aristocracia, dos bancos e dos respectivos adereços, em benefício dos novos equipamentos de sentar estofados e bem mais confortáveis, certo é que o único “*lambel grande barbarisco*”, isto é, da Berberia, que D. Beatriz possuía no antigo palácio Óbidos, foi vendido pelo montante da avaliação, no valor de mil reis, ainda que traçado⁶⁰.

Mas nem mesmo as cadeiras escaparam ao hábito de, também elas, usufruírem daquela que foi, no entender de Artur de Sandão, “uma engenhosa variante de luxo no começo do século XVIII”⁶¹, coincidente com a colocação, sobre o estofado fixo, de uma cobertura móvel, enriquecida pela aposição de passamanarias e, por vezes, de pregaria doirada “para mostrar aspecto de fixação ao móvel e lhe engrandecer o aparato nas solenidades em que servia”⁶². Encontramos a primeira indicação acerca destas “cadeiras de vestir” no inventário dos bens do já invocado D. Luís de Lencastre, datado de 1704, detentor que era de “*Outo capas de cadeiras de veludo carmesim velhas com franjas de retrós e ouro pequenas avaliadas em vinte mil reiz*” e mais “*Quatro capas de cadeiras de Damasco amarello da India com franjas de retroz da mesma cor em bom uzo avaliadas em doze mil reiz*”⁶³.

Do que é dado compreender, a prática de utilizar capas ao nível do assento e/ou do encosto aplicava-se tanto às tipologias mais convencionais como àquelas que iam surgindo, com especial incidência, no decurso do século XVIII. São vários os registos de cadeiras de braços, cadeiras de assentos e espaldar, cadeiras em cabriolé, tamboretas e canapés guarnecidos com capas. Infere-se que a justaposição de capas se sobrepunha à qualidade e variedade do estofado empregue, já que até as cadeiras em tecidos resistentes e mais sofisticados padecem deste reforço, por vezes em suportes de qualidade inferior. Seria justamente o caso das “*Dezasete cadeiras com braços de madeira de nogueira feitio a franceza com assentos e emcosto estofado de damasco de seda carmezim com cravação de prego de latão dourado com seu canapé irmão com capas de xita guarnecidas com franja de rotola uzadas*”⁶⁴ arroladas em 1795 por ocasião da morte de D. Gerarda da Conceição, mulher do vice-cônsul de Espanha em Portugal. Apesar de Carlos Francisco Prego não elencar o grupo dos nobres titulares residentes na capital, crê-se que o facto de se localizar este exemplo entre o seu acervo patrimonial reflecte procedimentos então vigentes na sociedade de corte, sendo que para a nossa asserção concorre o expressivo montante da avaliação atribuído ao conjunto, no valor

de setenta e cinco mil e seiscentos reis.

O recurso a estes complementos decorativos afigura-se compreensível por motivos de ordem prática, no sentido de proteger do sol e do pó ou disfarçar do possível mau estado de conservação de muitos dos estofos, e até mesmo das respectivas estruturas de madeira, em consequência do desgaste provocado por uma intensa utilização. Seria pelo menos essa a convicção de William Beckford para justificar o facto de “*se fazerem tais atavios*”⁶⁵. Importa todavia lembrar que a adopção deste complemento decorativo constituía uma modalidade rápida e eficaz de mudar a aparência visual dos espaços. Do mesmo modo, a existência das capas encarecia estas peças de mobiliário⁶⁶, cuja avaliação levava em linha de conta a estrutura de madeira mas, também, a componente têxtil, regra geral, mais dispendiosa.

As mesmas variantes, capas e panejamentos, são usadas para cobrir as mesas ou bancas, como surgem identificadas na documentação, quase sempre em tecidos encorpados, como os veludos, os damascos e os brocados, não raras vezes bordados, como aqueles que existiam no palácio dos condes de Redondo na Rua de Santa Marta, à data do falecimento do seu 10º representante, Fernão de Sousa de Castelo-Branco Coutinho e Meneses, em 1707⁶⁷: “*duas bancas de estrado forradas de veludo carmezim bordadas de seda de varias cores com pés de pedra amarelo bem tratadas*”⁶⁸. Embora as alcatifas e até as tapeçarias se prestassem a idêntica função, como sucedia no Paço de Vila Viçosa, já ao tempo de D. Teodósio I⁶⁹, é crível que o seu uso, num âmbito mais generalizado, se tenha circunscrito às centúrias de Quinhentos e Seiscentos. Pelo menos, só na lista que respeita aos bens de D. Beatriz Mascarenhas, 3ª Condessa de Palma (datada de 1709), reconhecemos a indicação explícita a duas alcatifas com esta função, a saber: uma de mesa, nova, e outra de mesa de estrado usada, ambas avaliadas em quinze mil reis⁷⁰.

Ainda neste documento distingue-se, entre outras alcatifas arroladas, uma de bufete “*em bom uzo*” no valor de 12 mil reis a par de alguns panos com o mesmo destino funcional mas pior avaliados⁷¹. Também os bufetes, equivalentes a mesas nas suas versões de maior dimensão e aparato, foram alvo desta modalidade, com particular incidência até meados do século XVIII, porquanto, após 1754, as menções tornam-se mais escassas, dada a emergência das consolas e mesas-consolas⁷². Outras variantes de móveis de pousar, de carácter ostentatório, eram enriquecidas por esta via, mormente, os tremós. Muito embora Carlos Franco apenas encontre registos daquele que se “*afirma como móvel paradigmático do mobiliário de aparato*”, a partir de meados de Setecentos⁷³, certo é que no rol de bens de D. Beatriz Mascarenhas se distinguem “*Dous tremóz lavrados de madreperola com suas capas ditas*” e “*Dous ditos de pedra com suas capas ditas*”⁷⁴.

Uma vez ponderada a centralidade das camas nos interiores contemporâneos

portugueses (e europeus), na qualidade dos mais importantes e dispendiosos bens de qualquer recheio doméstico é, outrossim, na categoria dos móveis de descanso que se reconhecem os casos que, de forma mais paradigmática, testemunham a ligação entre têxteis e mobiliário. O facto da marcenaria do leito só se ter generalizado em exemplares de certo interesse artístico no século XVII⁷⁵ muito contribuiu para o investimento na ornamentação desta tipologia por via dos adereços têxteis. As armações ou paramentos de cama, como são sobretudo designados nos inventários de bens patrimoniais até ao dealbar do século XVIII, reúnem uma panóplia de panejamentos que literalmente cobrem as estruturas de madeira e configuram-se como os mais impressionantes haveres de aparato no contexto doméstico. Em seda ou em chita, destinados a leitos de estrutura fixa ou portátil, a relevância dos paramentos da cama em relação aos próprios leitos é ainda indiciada pela respectiva avaliação: serve-nos de testemunho o rol patrimonial que ficou por falecimento da Marquesa de Minas no qual se distinguem duas camas de campanha, uma de “*madeira de nogueira ferragem de latam com sua armação de damasco emcarnado a madeira vale 4800 reis e o damasco da armação 20\$000 reis (...)*” e outra “*de tizoura avaliada em dois mil e quatrocentos reis e tem armação de chita que avaliarão em cinco mil reis*”⁷⁶. Como se infere pelos montantes assinalados, o facto de estarmos perante leitos de estrutura desdobrável não impede a sofisticação das armações, as quais eram também elas coordenadas com a roupa da cama. Prova disso mesmo encontra-se numa das camas de campanha de D. Isabel de Castro, 2ª condessa de Assumar (c. 1665-1724)⁷⁷, a qual ostentava “*pavilhão de nobreza branca e cramizim ondeada e guarneçada de nobreza cramizim furta-cores com seu roda-pe e remate em sima e cobertura da mesma cama*”⁷⁸.

Ao longo do arco cronológico em análise, os têxteis não só conservaram o seu prestígio, enquanto símbolos de estatuto, como ainda encontraram novas áreas de exposição nas cada vez mais elaboradas camas⁷⁹. Ainda que a bibliografia consultada não desenvolva o assunto nem os registos encontrados abundem entre a documentação chamada à colação, por vezes também a decoração das cabeceiras dos leitos por via dos têxteis merece intervenções especializadas sobretudo nos exemplares mais aparatosos. Referimo-nos aqui ao painel vertical que remata o topo da cama isolando-a da parede e não aos panejamentos que, sobretudo em tempos mais remotos, assumiam esta função e tomavam idêntica designação no contexto das armações de cama. A par das cabeceiras em tábua, entalhadas com os peculiares balaústres torcidos ou torneados característicos do século XVII, ou entalhadas e douradas ao gosto barroco ou já planas com ornamentação embutida em sintonia com o espírito rococó, durante a centúria de Setecentos também estes elementos podiam ser almofadados e estofados - sendo que os tecidos pesados e as passamanarias que prevaleceram

no reinado de D. João V, “talvez para exteriorização da frivolidade dos possuidores”⁸⁰, deram lugar às sedas claras com ramos lavrados ou a combinações cromáticas de sedas adamascadas⁸¹. No contexto do *corpus* em estudo, atente-se nas duas entradas constantes do inventário de bens que ficaram no Palácio dos Condes da Ribeira Grande à Junqueira, por morte de D. Joana Tomásia da Câmara, em 1782, a saber: um “*forro de huma taboa de cabeceira de cama de damasco cramezim sem forro e muito uzado (...)*” e “*Dois forros de taboa de cabeceira de cama de damasco cramezim virado goarnecidos de galão de retros da mesma cor com bastante uzo (...)*”⁸². Apesar da avaliação destas cabeceiras não apontar para objectos de grande espectacularidade - porventura em virtude do seu estado de conservação deficitário, decorrente de um uso que se crê continuado e, portanto, apreciado - os efeitos alcançados com esta modalidade podiam ser impressionantes, como bem ilustram algumas camas de estado sobreviventes no Reino Unido como a “Melville bed”, da autoria de Daniel Marot (c. 1700), exposta no Victoria & Albert Museum (em Londres) e aquela que ainda permanece *in situ*, em Houghton Hall, concebida por William Kent para Horace Wallpole (1732).

Os casos enunciados testemunham bem os vínculos e a relação subsidiária que perdura entre os móveis e os têxteis até ao final do século XVIII, independentemente do material empregue no seu fabrico ou da dignidade que o enforma. De resto, o mesmo tipo de conexão fazia-se notar noutros contextos de utilização nos quais, tendencialmente, os têxteis sobressaiam. Neste sentido, é digno de nota o recurso a panejamentos têxteis na dupla valência de agentes protectores e de dignificação de pinturas, por via da respectiva encenação. Pelo menos, assim o recorda Beckford, a propósito de um almoço na residência de Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, 3º marquês de Penalva, 6º marquês de Alegrete e 7º conde de Tarouca (1754-1818)⁸³, em Santa Apolónia: ali pôde observar uma “*Sagrada família, na melhor maneira de Rafael (...) colocada em grande espavento sob um dossel de veludo, entre duas mesas debruadas*”⁸⁴. Atendendo ao modo com que os têxteis como que se sobrepunham aos demais objectos, é mais do que compreensível o comentário deste aristocrata inglês, no âmbito da sua passagem por Portugal, no final do século XVIII, a respeito de “*tão bolorenta moda, odiosa em toda a parte, mas particularmente em clima tão sufocante*” como considerava ser o nosso⁸⁵.

Tais exemplos remetem-nos, ainda, para a convivência, num mesmo contexto habitacional (conquanto que não necessariamente no mesmo compartimento), de adereços conotados com tradições mais arcaicas a par de outros em sintonia com as formas contemporâneas de estar e de receber. Este aspecto deixa claro como, no domínio dos têxteis, o processo de renovação do gosto e dos hábitos pode ser lento e anacrónico, na medida

em que a par das novidades e da influência das modas estrangeiras permanece a rotina dos modelos e das práticas antigas⁸⁶. Em todo o caso, os têxteis, pela sua extraordinária versatilidade, prestam-se a estas metamorfoses, adaptando-se e convertendo-se, com sucesso, em novas propostas, em conformidade com outros figurinos. Encontramos eco desta realidade nas memórias de D. Tristão da Cunha Ataíde e Melo, 1º Conde de Povolide (1655-1722)⁸⁷, um homem atento e receptivo às novas tendências, senão vejamos:

Tenho duas pessos de veludo lavrado carmizim, semelhante em tudo irmão ao de trinta almofadas novas que mais tenho, que como se não costumão ja almofadas, servem estas para tamboretos, que se costumão, e ja vinte e quatro delas estão desmançadas para outros tantos tanboretos da moda que comprei ja e tenho estofados (...) Tenho na minha goarda-roupa do dosel dois espelhos e dois bofetes e quatro placas tudo da moda novos emtalhado tudo e doirado, e doze cadeiras de veludo lizo carmizim a moda, novas, o pano do bofete e o dosel de veludo carmizim, e as sinco sanefas das sinco portas e genelas do mesmo veludo, e cortinas de damasco carmizim, e dois vazos de marmor de Italia, e na goarda-roupa piquena dois bofetes, e seis cadeiras de veludo carmizim uzadas, e tem esta caza tãobem sinco portas e jenelas para o que tenho sinco sanefas de veludo lizo carmizim, e cortinas novas de damasco carmizim, mas asim humas como outras cortinas, chegão só ás vergas de pedra, e não as fasquias, como agora se uza, e as sanefas em voltas sobre pao entalhado, de que ja tenho humas poucas comprado, para que com damasco que comprei por tudo a moda⁸⁸.

Na impossibilidade de nos alongarmos com o tema, necessariamente devedor de uma análise aturada em sede própria, afigura-se-nos clara a relevância e o indiscutível protagonismo dos têxteis nos recheios das residências senhoriais lisboetas no decurso dos séculos XVII e XVIII. Tapetes, cortinas, tapeçarias, panos de armar, porteiras, e toda uma miríade de tipologias metamorfoseiam os pavimentos e as superfícies murais, cadenciam o acesso aos sucessivos compartimentos, filtram a luz e cambiam as tonalidades, promovem ambiências intimistas ou festivas, requintadas e sumptuosas. Enfim, os têxteis prefiguram-se como os grandes mediadores dos principais interiores palacianos, cujo desempenho prima não tanto pela originalidade das soluções que oferecem mas pela sua manutenção num extenso arco de tempo, que muito revela acerca de um arreigado gosto da aristocracia portuguesa pelo tradicional *modus vivendi* nacional.

¹ São exemplo os estudos de MADUREIRA, Nuno Luís Monteiro - *Inventários. Aspectos do Consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: [s.n.], 1989. Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas século XV-XX apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; CABIDO, José Jacob - *Reflexões sobre o interior doméstico as mentalidades e os espaços*. Lisboa: [s.n.], 1994. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; BASTO, Maria Fernanda Silva Lopes Pinto - *A Decoração Interior das Moradias Régias. Uma visão de conjunto entre a Idade Média e o Renascimento*, 3 vols. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

² MONTEIRO, Nuno Gonçalo - Introdução. In MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. - *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores - Temas e Debates, 2011, p. 10.

³ MADUREIRA, Nuno Luís Monteiro - *op. cit.*, pp. 69-70. Sobre este assunto leia-se, por exemplo, o estudo de DURÃES, Andreia Durães - Penhoristas do Porto no início do século XVII: Homens, Actividade e Objectos. In SÁ, Isabel dos Guimarães e GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo, dir. - *Portas Adentro. Comer, vestir, habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*. Valladolid: Universidade de Coimbra – Universidade de Valladolid, 2010, pp. 251-272.

⁴ MADUREIRA, Nuno Luís Monteiro - *op. cit.*, p. 69.

⁵ Filho de Tomé de Sousa, Senhor de Gouveia sobre o Tâmega e de sua mulher D. Francisca de Meneses, irmã dos 7º e 8º condes (de Redondo); casou com D. Luísa Simoa de Portugal, filha dos primeiros Condes de Sarzedas.

⁶ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (Lisboa), *Orfanológicos*, Letra C, Maço 23, nº 1, *Inventário do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernão de Sousa Coutinho Castel-Branco e Meneses, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal, 1707 - 1708*, fls. 65v-66 (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

⁷ “...ca tal havia antrre aqueles, que em este reino nom tinha üa choça, e ali acertava por pousada grandes casas ladrilhadas com tigelos vidrados de desvairadas coores, e os teitos forrados d’olivel com fremosas açoteas cercadas de marmores mui alvos e polidos, e as camas brandas e moles e com roupas de desvairados lavores, como veedes que geralmente sam as obras dos mouros (...) nos outros mezquinhos, que andamos no nosso Portugal polos campos colhendo nossas messes, afadigados com a força do tempo, e aa derradeira **nom teemos outro repouso, senam proves casas, que em comparaçam destas querem parecer choças de porcos**” (negrito nosso); ZURARA, Gomes Eanes - *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I* (ed. de Francisco Maria Esteves Pereira). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. ZXXXVIII, p. 236.

⁸ CARITA, Hélder - *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal*. Lisboa: Ed. Civilização, 1983, p. 19.

⁹ CARRÈRE, J.B. F. - *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, p. 29.

¹⁰ BECKFORD, William - *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (introd. de Boys Alexander e Trad. de João Gaspar Simões). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 118.

¹¹ CARITA, Hélder - *op. cit.*, p. 125.

¹² MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 127.

¹³ Cf. Por exemplo, os estudos de FRANCO, Carlos - *O Mobiliário das Elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007 e MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade*, 1992.

¹⁴ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra J, Maço 229, nº 3, *Inventário dos bens que ficaram por falecimento da Ilustríssima e Excelentíssima Condessa da Ribeira Grande, D. Joana Tomásia da Câmara e se continua com seu filho o Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde da Ribeira Grande D. Luís da Camara cabeça do casal*, 1782, fls. 31-31v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

¹⁵ Filha e herdeira dos quartos condes da Ribeira Grande, D. Joana casou com seu tio, D. Guido Augusto da Câmara e Ataíde (1718-1770), que assim se tornou 5º conde.

¹⁶ D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa era filho de Luís de Vasconcelos e Sousa, 4º alcaide-mor e comendador de Pombal, e de D. Maria de Moura, dama da rainha D. Margarida de Áustria. Casou com D. Mariana de Lencastre, filha dos terceiros condes da Calheta e neta do 1º conde de Castelo Melhor, Rui Mendes de Vasconcelos, para suceder no título conforme a sua vontade. A condessa, depois de enviudar, foi elevada ao título de marquesa. D. Rodrigo da Câmara, era filho dos segundos condes D. Manuel Luís Baltazar de Câmara (m. 1630) e D. Leonor Henriques de Vilhena, filha do mordomo-mor de D. Filipe I (II de Espanha). Casou duas vezes, a primeira com D. Maria de Faro (1591-1626), filha dos primeiros condes de Vimieiro; e a segunda com D. Maria Coutinho, dama da rainha D. Isabel de Bourbon e filha dos quartos condes da Vidigueira.

¹⁷ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Lera J, Maço 347, nº 9, *Inventário dos bens que ficaram por falecimento do Conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, fez a viúva sua mulher, Condessa de Castelo Melhor, D. Mariana de Lencastre Vasconcelos e Câmara*, 1659, fls. 42v e 58 (Transcrição paleográfica de Lina Oliveira); e *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, Proc.º. nº 3529, *Processo de D. Rodrigo da Câmara, Conde de Vila Franca, preso nos cárceres da Inquisição de Lisboa*, 1651, fl. 72v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

¹⁸ Filho segundo dos segundos condes de Figueiró. Casou em 1694 com D. Madalena Teresa de Noronha, dama da rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo e filha de D. Estêvão de Meneses, 8º senhor da Casa de Tarouca.

¹⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (Lisboa), Cartório das Casas de Sortelha e Abrantes, Livros nº 65 publ. por SOUSA, Maria Teresa de Andrade e - *Inventário dos bens do Conde de Vila Nova D. Luís de Lencastre 1704*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 43.

²⁰ Filho de D. João de Sousa e D. Francisca Madalena de Neuvil. Em 1712 casou com D. Luísa de Noronha (1699-depois de 1745), filha dos quartos Condes dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito e D. Maria Josefa de Távora.

²¹ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra M, maço 113, nº 7(A), *Inventário dos bens que ficarão do Excelentíssimo Marquês das Minas, D. António Luís Caetano de Sousa, que se continuou com a viúva, sua mulher, a Excelentíssima Marquesa das Minas D. Luísa de Noronha*, 1768, fl. 107 (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

²² A.N.T.T., *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, Proc.º. nº 3529, fl. 67v.-68.

²³ A.N.T.T., *Arquivos Particulares: Casa de Santa Iria*, Caixa 12, Doc. 124, *Instrumento de ajuste de contas que fez o senhor Conde de Óbidos, Meirinho-mor com os mestres carpinteiro e pedreiro da obra que lhe fizeram num quarto do seu Palácio sito a São João de Deus*, 20 de Dezembro de 1710 (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

²⁴ Filho de D. António de Almeida Portugal, 2º conde de Avintes e Governador do Algarve, e de sua mulher D. Maria Antónia de Bourbon, foi irmão do 3º conde de Avintes. D. Tomás de Almeida (1670-1754) foi o primeiro patriarca de Lisboa com o nome de D. Tomás I (aquando da elevação da sé arquiépiscopal a essa dignidade, em 1716, pelo Papa Clemente XI). Antes fora bispo de Lamego (1706) e mais tarde do Porto (1709). Clemente XII elevou-o ao cardinalato em 1737.

²⁵ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra C, Maço 82, nº 1, *Autos de inventário que se faz dos bens que ficaram por falecimento do Eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca, o qual se continua com os Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Marquês do Lavradio, Principais de Alarcão e Almeida e o Conde de Avintes, seus sobrinhos e testamenteiros*, 1754, fls. 56v.-57v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

²⁶ MESQUITA, Marieta Dá - *História e Arquitectura. Uma proposta de investigação. O Palácio dos Marquês de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, vol. 1. Lisboa: [s.n.], 1992. Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 90-91.

²⁷ Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira - *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 6ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 110-111.

²⁸ Filha e herdeira de Mem de Sá, Governador do Brasil e de sua mulher D. Guiomar de Faria. Tornou-se condessa de Linhares pelo seu casamento com D. Fernando de Noronha (m. 1608); cf. A.N.T.T., *Armário Jesuítico / Cartório dos Jesuítas*, maço 49, doc. nº 3, *Treslado do inventário que se fez da fazenda que ficou ao colégio de Santo Antão por razão da Igreja nova que nele se faz por falecimento da Sra condessa Dona Filipa de Sá*, 1618, fl. 27v. Agradecemos a Cátia Teles e Marques o facto de generosamente nos ter facultado a transcrição do documento que analisou no seu estudo Os inventários dos bens de D. Filipa de Sá, condessa de Linhares (1542-1618). In *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França - Sessões simultâneas* (1ª edição, CD-Rom). Lisboa: APHA, 2012, pp. 70-76.

²⁹ A.N.T.T., *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, Proc.º nº 3529, fls. 66v.-67.

³⁰ Sobre este palácio cf. texto no presente volume de ALBERGARIA, Isabel Soares de - *O Palácio dos Câmara aos Mártires – um caso excepcional da opulência seiscentista* e MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a Dimensão Palacina na primeira metade do século XVIII. Titulares, a corte, vivências e sociabilidades*, vol. 2. Lisboa: [s.n.], 2012, pp. 215-217. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

³¹ CLABBURN, Pamela - *The National Trust Book of Furnishing Textiles*. Londres: Viking, 1988, p. 92.

³² Sobre o período de residência de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa neste palácio cf. MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *op. cit.*, pp. 107-114.

³³ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra J, Maço 347, nº 9, fls. 36-36v.

³⁴ COLECÇÃO DA FUNDAÇÃO DAS CASAS DE FRONTEIRA E ALORNA, (Lisboa), *Inventario e Partilhas que se fizerão por morte e falecimento da senhora Donna Madaglena de Castro Marqueza de Fronteira e se fizerão e contenuou com o senhor Dom João Mascarenhas Marquês de Fronteira viuvo que da dita senhora ficou*, Lisboa 2 de Novembro de 1673 publ. por MESQUITA, Marieta Dá - *op. cit.*, vol. 2, Documento 3, p. 51.

³⁵ JOLLY, Anna - *Fürstliche Interieurs. Dekorationstextilien des 18. Jahrhunderts*. Riggisberg: Abegg-Stiftung, 2005, p. 211 (Trad. inglesa da Introdução); CLABBURN, Pamela - *op. cit.*, p. 95.

³⁶ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra M, Maço 113, nº 7 (B), *Autos de inventário a que se procedeu por falecimento da Ilustríssima e Excelentíssima Marquesa das Minas, D. Maria da Piedade Francisca Antónia de Sousa [neta de D. António Luís Caetano de Sousa, Marquês das Minas e de D. Luísa de Noronha, Marquesa das Minas], por ordem régia, pelo Desembargador Miguel Carlos Caldeira de Pina*, 1787, fls. 35v. e 36v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

³⁷ Filho primogénito dos segundos condes, D. Pedro de Melo e Castro e D. Isabel de Bourbon (filha dos segundos condes de Avintes). Casou com D. Inês de Lencastre, dama da rainha D. Maria Sofia

Isabel de Neuburgo e filha de D. João de Lencastre, Governador e Capitão-general do Brasil.

³⁸ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra C, Maço 32, nº 5, *Inventário que se faz dos bens que ficaram por falecimento do Ilustríssimo e Excelentíssimo conde das Galveias António de Melo e Castro e que se continuam com sua mulher a Ilustríssima e Excelentíssima condessa do mesmo título D. Inês Josefa Xavier de Melo Breyner*, 1798, fl. 52v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira)

³⁹ JOLLY, Anna - *op. cit.*, p. 233.

⁴⁰ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra C, Maço 82, nº 1, fl. 11.

⁴¹ Era 5º conde da Ilha do Príncipe e filho segundo dos quartos condes da Ilha do Príncipe e irmão do 4º conde. Casou duas vezes, a primeira, em 1735, com sua prima coirmã D. Ana Vicência de Noronha, dama da rainha D. Maria Ana de Áustria e filha de D. Caetano de Melo e Castro, Vice-Rei da Índia; e a segunda, em 1757, com D. Juliana Xavier Botelho, filha dos quartos condes de S. Miguel.

⁴² A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra C, Maço 82, nº 5, *Inventário que se faz dos bens que ficarão por falecimento do Excelentíssimo Conde de Lumiares Carlos Carneiro de Sousa e Faro, o qual se continua com sua filha e genro ao Excelentíssimo D. José de Portugal Gama Vasconcelos e Sousa e a Excelentíssima D. Madalena Gertrudes Carneiro de Sousa e Faro*, 1775-1776, fl. 46v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

⁴³ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra M, maço 113, nº 7(A), fls. 56v.-57v.

⁴⁴ BROWNE, Claire, *Silk Damask Bed Furnishings in the Early Eighteenth Century*. In JOLLY, Anna, ed. - *Furnishing Textiles. Studies on seventeenth- and Eighteenth-Century Interior Decoration*. Riggisberg: Abegg-Stiftung, 2009, p. 50.

⁴⁵ BASTOS Pinto, FERREIRA, Fernanda e VILLAVERDE, Manuel - “Conjunto Monumental de Santo Antão do Tojal / Palácio da Mitra / Palácio dos Arcebispos”, in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5971 (consultado em 4.6.2014).

⁴⁶ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra C, Maço 82, nº 1, fls. 31-34v.

⁴⁷ CABIDO, José Jacob - *op. cit.*, p. 246.

⁴⁸ Menos ainda expressivos são os palácios cujos recheios têxteis analisámos no presente estudo que sobreviveram ao terramoto de 1755 e persistem na actualidade, muito dificultando qualquer tentativa de ensaio de distribuição dos respectivos programas têxteis.

⁴⁹ MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade*, p. 127.

⁵⁰ C.C.F.A. - *op. cit.*, pp. 27-28.

⁵¹ Filha dos terceiros condes de Penaguião, Francisco de Sá e Menezes e D. Joana de Castro, filha de D. João Gonçalves de Ataíde, conde de Atouguia. Em 1651 casou com D. João de Mascarenhas, 2º conde da Torre e 1º marquês de Fronteira.

⁵² C.C.F.A. - *op. cit.*, p. 51.

⁵³ SOUSA, Maria da Conceição Borges de, e BASTOS, Celina, *Mobiliário - Normas de inventário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004, p. 74. É pelo menos nesse sentido que interpretamos a descrição relativa a “*huns panos de veludo verde bordado da India do bufete que serve na camara*” entre os bens existentes na residência do 1º marquês de Fronteira; C.F.C.F.A. - *op. cit.*, p. 52.

⁵⁴ Filho primogénito do 4º duque de Bragança D. Jaime e da sua primeira mulher D. Leonor de Mendoza, filha do duque de Medina Sidónia com quem casou em 1502.

⁵⁵ Sobre esta questão leia-se FERREIRA, Maria João Pacheco - *Conforto e Ostentação: Dormir no Paço de Vila Viçosa ao tempo de D. Teodósio I*. In HALLETT, Jessica Hallett e SENOS, Nunos, ed., *DE TODAS AS PARTES DO MUNDO, O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. II Estudos, Lisboa: Tinta da China, 2014 (no prelo).

- ⁵⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira - *op. cit.*, p. 108.
- ⁵⁷ A.N.T.T., Armário Jesuítico / Cartório dos Jesuítas, maço 49, doc. nº 3, fl. 28v.
- ⁵⁸ “Vão mais à dita feira, entre brancas e negras e mouras, passante de 50, as quais vão vender todo o género de roupa e pertenças de casas velhas, que são tantas as coisas que a memória as não alcança. E me parece que vale a feira desta roupa velha sessenta mil rs, antes mais que menos”; BRANDÃO, João - *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, (ed. de José da Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 93. Sobre este assunto leia-se FERREIRA, Maria João Pacheco - A conversão e reutilização de peças têxteis. Uma prática comum da sociedade quinhentista Portuguesa. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa - Escola das Artes, nº 5 (2011) 11-37.
- ⁵⁹ Filha e herdeira dos segundos e quartos condes dos mesmos títulos, D. João de Castelo Branco da Costa e D. Joana de Castro. Casou, em 1669, com D. Fernando Martins de Mascarenhas, 2º conde de Óbidos (1643-1719).
- ⁶⁰ A.N.T.T., *Arquivos Particulares, Casa de Santa Iria*, Caixa 10, Doc. 117, *Inventário que se fez por falecimento da Senhora Dona Beatriz Mascarenhas*, 1709, 1º caderno, fl. 1, cl. 1 (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).
- ⁶¹ SANDÃO, Artur de - *O Móvel Pintado em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1966, p. 129.
- ⁶² *Idem* - pp. 129-130.
- ⁶³ A.H.M.F. - *op. cit.*, p. 39.
- ⁶⁴ A.N.T.T., *Feitos Findos: Inventários Post-mortem*, Letra C, Maço 33, nº 5(A), *Treslado do inventário a que se precede dos bens do casal de D. Gerarda Rosa da Conceição esse continua com o viúvo seu marido Carlos Francisco Prego, vice-cônsul da nação espanhola*, 1795, fls. 20-20v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).
- ⁶⁵ BECKFORD, William - *op. cit.*, p. 44.
- ⁶⁶ FRANCO, Carlos - *op. cit.*, p. 117.
- ⁶⁷ Sobre o período de residência de D. Fernão no palácio de Santa Marta leia-se MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *op. cit.*, pp. 212-214.
- ⁶⁸ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra C, Maço 23, nº 1, fl. 34.
- ⁶⁹ Sobre este assunto leia-se FERREIRA, Maria João Pacheco - Panos, toalhas e guardanapos: a roupa de mesa. In HALLETT, Jessica Hallett e SENOS, Nunos, ed. - *op. cit.*
- ⁷⁰ Cf. A.N.T.T., *Arquivos Particulares, Casa de Santa Iria*, Caixa 10, Doc. 117, 1º caderno, fls. 1, cl. 1 e 2, cl. 1.
- ⁷¹ *Idem*, fl. 2, cl. 1.
- ⁷² Sobre este assunto leia-se MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula - *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII. Credências, consolas e tremós*, vol. 1. Porto: [s.n.] 1997. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-6; FRANCO, Carlos - *op. cit.*, p. 125.
- ⁷³ FRANCO, Carlos - *op. cit.*, p. 125.
- ⁷⁴ A.N.T.T., *Arquivos Particulares, Casa de Santa Iria*, Caixa 10, Doc. 117, 1º caderno, fl. 2, cl. 1. fl. 6.
- ⁷⁵ Cf. NASCIMENTO J.F da Silva - *op. cit.*, p. 41.
- ⁷⁶ A.N.T.T., *Orfanológicos*, Letra M, Maço 113, nº 7 (B), fl. 34.
- ⁷⁷ Filha dos primeiros marqueses de Fronteira e dama da rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, tornou-se 2ª condessa de Assumar pelo seu casamento com o detentor deste título, o seu primo D. João de Almeida Portugal (1663-1733). O 3º conde de Assumar, seu filho, foi também o 1º marquês de Alorna.

⁷⁸ A.N.T.T., Orfanológicos, Letra C, Maço 74, nºs 2 e 3, *Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento da Excelentíssima Condessa de Assumar D. Isabel de Castro, o qual se fez e continuou com o Excelentíssimo Senhor Conde de Assumar D. João de Almeida seu marido por lhe ficarem filhos menores*, 1724, fl. 59v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

⁷⁹ ROTHSTEIN, Natalie e LEVEY, Santana - *Furnishings*, c.1500-1780. In JENKINS, David dir., *The Cambridge History of Western Textiles*, vol. I, Cambridge: University Press, 2003, p. 633.

⁸⁰ NASCIMENTO, J. F. da Silva - *Leitos e Camilhas Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: livraria a Nova Eclética - Livraria Olisipo, 1998, p. 55 (1ª ed. 1950).

⁸¹ NASCIMENTO, J. F. da Silva - *op. cit.*, pp. 55, 63, 69.

⁸² A.N.T.T., Orfanológicos, Letra J, Maço 229, nº 3, fls. 31v.-32.

⁸³ Filho dos segundos marqueses D. Eugénia Mariana Josefa Joaquina de Meneses e Silva e o marido primo-co-irmão Manuel Teles da Silva, 6º Conde de Vilar Maior. Casou com D. Maria Rosa de Almeida e, mais tarde, com sua irmã D. Joana de Almeida, filha de D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, 2.º Marquês de Lavradio e 5.º Conde de Avintes.

⁸⁴ BECKFORD, William - *op. cit.*, p. 52. A referida obra abre o rol de pintura constante do inventário de bens que ficaram por morte de D. Estêvão José de Caminha Meneses e Silva, primeiro marquês de Penalva e 5º conde de Tarouca: “A *Sacra Familia*, de figuras inteiras em taboa grande bem conservada, espiciozicima(sic.) pintura inextimavel joia do divino talento do grande Raphael de Urbino, foi ditosamente adequerida pelo Excelentissimo Marques de Penalva e estimada, pelo pintor Francisco Vieira como constou pela sua certidão em o preço de sete mil cruzados __2,800\$00”; A.N.T.T., Orfanológicos, Letra M, Maço 173, nº 4, *Autos de inventário dos bens que ficaram do Ilustríssimo e Excelentíssimo Marquês de Penalva, e se continua com a Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Marquesa do mesmo título, por ficar em posse, e cabeça de casal quando das partilhas a sua filha a Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Condessa de Vilar Maior*, 1758 – 1759, fl. 33v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

⁸⁵ BECKFORD, William - *op. cit.*, p. 43.

⁸⁶ Aspecto notado por MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade*, p. 164.

⁸⁷ Filho de Luís da Cunha e Ataíde, Senhor de Povolide. Herdou a casa de seu tio, o conde de Pontével (Nuno da Cunha de Ataíde). Casou, em 1697, com D. Arcângela Maria de Távora, filha dos segundos condes de S. Vicente.

⁸⁸ A.N.T.T., *Arquivo da Casa dos Condes de Povolide*, Suplemento I: *Memórias do Conde de Povolide*, 1726, vol. I, nº 13, fls. 199-199v. (Transcrição paleográfica de Lina de Oliveira).

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (Lisboa)

Armário Jesuítico / Cartório dos Jesuítas, maço 49, doc. nº 3, *Treslado do inventário que se fez da fazenda que ficou ao colégio de Santo Antão por razão da Igreja nova que nele se faz por falecimento da Sra condessa Dona Filipa de Sá*, 1618.

Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, Suplemento I: *Memórias do Conde de Povolide*, 1726, vol. I, nº 13.

Arquivos Particulares, Casa de Santa Iria, Caixa 10, Doc. 117, Inventário que se fez por falecimento da Senhora Dona Beatriz Mascarenhas, 1709.

Arquivos Particulares, Casa de Santa Iria, Caixa 12, Doc. 124, Instrumento de ajuste de contas que fez o senhor Conde de Óbidos, Meirinho-mor com os mestres carpinteiro e pedreiro da obra que lhe fizeram num quarto do seu Palácio sito a São João de Deus, 20 de Dezembro de 1710.

Feitos Findos: Inventários Post-mortem, Letra C, Maço 33, nº 5(A), Treslado do inventário a que se precede dos bens do casal de D. Gerarda Rosa da Conceição esse continua com o viúvo seu marido Carlos Francisco Prego, vice-cônsul da nação espanhola, 1795.

Orfanológicos, Lera J, Maço 347, nº 9, Inventário dos bens que ficaram por falecimento do Conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, fez a viúva sua mulher, Condessa de Castelo Melhor, D. Mariana de Lencastre Vasconcelos e Câmara, 1659.

Orfanológicos, Letra C, Maço 23, nº 1, Inventário do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernão de Sousa Coutinho Castel-Branco e Meneses, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal, 1707 - 1708.

Orfanológicos, Letra C, Maço 32, nº 5, Inventário que se faz dos bens que ficaram por falecimento do Ilustríssimo e Excelentíssimo conde das Galveias António de Melo e Castro e que se continuam com sua mulher a Ilustríssima e Excelentíssima condessa do mesmo título D. Inês Josefa Xavier de Melo Breyner, 1798.

Orfanológicos, Letra C, Maço 74, nºs 2 e 3, Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento da Excelentíssima Condessa de Assumar D. Isabel de Castro, o qual se fez e continuou com o Excelentíssimo Senhor Conde de Assumar D. João de Almeida seu marido por lhe ficarem filhos menores, 1724.

Orfanológicos, Letra C, Maço 82, nº 1, Autos de inventário que se faz dos bens que ficaram por falecimento do Eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca, o qual se continua com os Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Marquês do Lavradio, Principais de Alarcão e Almeida e o Conde de Avintes, seus sobrinhos e testamenteiros, 1754.

Orfanológicos, Letra C, Maço 82, nº 5, Inventário que se faz dos bens que ficarão por falecimento do Excelentíssimo Conde de Lumiares Carlos Carneiro de Sousa e Faro, o qual se continua com sua filha e genro ao Excelentíssimo D. José de Portugal Gama Vasconcelos e Sousa e a Excelentíssima D. Madalena Gertrudes Carneiro de Sousa e Faro, 1775-1776.

Orfanológicos, Letra J, Maço 229, nº 3, Inventário dos bens que ficaram por falecimento da Ilustríssima e Excelentíssima Condessa da Ribeira Grande, D. Joana Tomásia da Câmara e se continua com seu filho o Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde da Ribeira Grande D. Luís da Camara cabeça do casal, 1782.

Orfanológicos, Letra M, Maço 113, nº 7 (B), Autos de inventário a que se procedeu por falecimento da Ilustríssima e Excelentíssima Marquesa das Minas, D. Maria da Piedade Francisca Antónia de Sousa [neta de D. António Luís Caetano de Sousa, Marquês das Minas e de D. Luísa de Noronha, Marquesa das Minas], por ordem régia, pelo Desembargador Miguel Carlos Caldeira de Pina, 1787.

Orfanológicos, Letra M, maço 113, nº 7(A), Inventário dos bens que ficarão do Excelentíssimo Marquês das Minas, D. António Luís Caetano de Sousa, que se continuou com a viúva, sua mulher, a

Excelentíssima Marquesa das Minas D. Luísa de Noronha, 1768.

Orfanológicos, Letra M, Maço 173, nº 4, *Autos de inventário dos bens que ficaram do Ilustríssimo e Excelentíssimo Marquês de Penalva, e se continua com a Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Marquesa do mesmo título, por ficar em posse, e cabeça de casal quando das partilhas a sua filha a Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Condessa de Vilar Maior*, 1758 – 1759.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc.º. nº 3529, *Processo de D. Rodrigo da Câmara, Conde de Vila Franca, preso nos cárceres da Inquisição de Lisboa*, 1651.

FONTES IMPRESSAS

BECKFORD, William - *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (introd. de Boys Alexander e Trad. de João Gaspar Simões). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

BRANDÃO, João - *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, (ed. de José da Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CARRÈRE, J.B. F. - *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

SOUSA, D. António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1745-1752.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

BASTOS Pinto, FERREIRA, Fernanda e VILLAVERDE, Manuel - “Conjunto Monumental de Santo Antão do Tojal / Palácio da Mitra / Palácio dos Arcebispos”, in http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5971 (consultado em 4.6.2014).

ESTUDOS

BASTO, Maria Fernanda Silva Lopes Pinto - *A Decoração Interior das Moradias Régias. Uma visão de conjunto entre a Idade Média e o Renascimento*, 3 vols. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

BROWNE, Claire, Silk Damask Bed Furnishings in the Early Eighteenth Century. In JOLLY, Anna, ed. - *Furnishing Textiles. Studies on seventeenth- and Eighteenth-Century Interior Decoration*. Riggisberg: Abegg-Stiftung, 2009, pp. 47-58.

CABIDO, José Jacob - *Reflexões sobre o interior doméstico as mentalidades e os espaços*. Lisboa: [s.n.], 1994. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

CARITA, Hélder - *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal*. Lisboa: Ed. Civilização, 1983.

CLABBURN, Pamela - *The National Trust Book of Furnishing Textiles*. Londres: Viking, 1988.

FERREIRA, Maria João Pacheco - A conversão e reutilização de peças têxteis. Uma prática comum da sociedade quinhentista Portuguesa. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa - Escola das Artes, nº 5 (2011) 11-37.

___ Conforto e Ostentação: Dormir no Paço de Vila Viçosa ao tempo de D. Teodósio I. In HALLETT,

- Jessica Hallett e SENOS, Nunos, ed., *DE TODAS AS PARTES DO MUNDO, O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. II Estudos, Lisboa: Tinta da China, 2014 (no prelo).
- ___ Panos, toalhas e guardanapos: a roupa de mesa. In HALLETT, Jessica Hallett e SENOS, Nunos, ed. - *DE TODAS AS PARTES DO MUNDO, O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. II Estudos, Lisboa: Tinta da China, 2014 (no prelo).
- FRANCO, Carlos - *O Mobiliário das Elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- JOLLY, Anna - *Fürstliche Interieurs. Dekorationstextilien des 18. Jahrhunderts*. Riggisberg: Abegg-Stiftung, 2005.
- MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: Espaço e Quotidiano (Lisboa 1740-1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- MADUREIRA, Nuno Luís Monteiro - *Inventários. Aspectos do Consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: [s.n.], 1989. Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas século XV-XX apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, A.H. de Oliveira - *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 6ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- MARQUES, Cátia Teles - Os inventários dos bens de D. Filipa de Sá, condessa de Linhares (1542-1618). In *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França - Sessões simultâneas* (1ª edição, CD-Rom). Lisboa: APHA, 2012, pp. 70-76.
- MARQUES, Maria da Luz Vasconcelos e Sousa Paula - *Mobiliário Português de Aparato do Século XVIII. Credências, consolas e tremós*, 3 vols. Porto: [s.n.] 1997. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MESQUITA, Marieta Dá - *História e Arquitectura. Uma proposta de investigação. O Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*, 3 vols. Lisboa: [s.n.], 1992. Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a Dimensão Palacina na primeira metade do século XVIII. Titulares, a corte, vivências e sociabilidades*, 2 vols. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. - *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores - Temas e Debates, 2011.
- NASCIMENTO, J. F. da Silva - *Leitos e Camilhas Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: livraria a Nova Eclética - Livraria Olisipo, 1998 (1ª ed. 1950).
- ROTHSTEIN, Natalie e LEVEY, Santana - Furnishings, c.1500-1780. In JENKINS, David dir., *The Cambridge History of Western Textiles*, vol. I, Cambridge: University Press, 2003, pp. 631-657.
- SÁ, Isabel dos Guimarães e GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo, dir. - *Portas Adentro. Comer, vestir,*

habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX). Valladolid: Universidade de Coimbra – Universidade de Valladolid, 2010.

SANDÃO, Artur de - *O Móvel Pintado em Portugal*. Porto: Livraria Civilização, 1966.

SOUSA, Maria da Conceição Borges de, e BASTOS, Celina, *Mobiliário - Normas de inventário*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

SOUSA, Maria Teresa de Andrade e - *Inventário dos bens do Conde de Vila Nova D. Luís de Lencastre 1704*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. - *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Ed. Zairol, 1989 (1ª ed. 1960).

ZURARA, Gomes Eanes - *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I* (ed. de Francisco Maria Esteves Pereira). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

